

**Of. Nº 247/2025 - CMRN**  
**Comissão de Finanças e Orçamento**

Rio Negro, PR, 04 de dezembro de 2025

Ao(À) **Diretoria da Sociedade Hospital Bom Jesus**  
Rio Negro – Paraná

**Assunto:** Informações urgentes referentes à necessidade de repasses municipais ao Hospital Bom Jesus no exercício de 2026.

Senhores Diretores,

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Rio Negro vem solicitar, com a máxima urgência, esclarecimentos indispensáveis para análise final do Plano Plurianual 2026–2029 (PPA) e da Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA), especialmente quanto ao financiamento municipal destinado ao Hospital Bom Jesus.

Após consulta formal desta Casa, o Poder Executivo informou que não haverá subvenção municipal via termo de fomento em 2026, prevendo apenas a contratação de serviços como forma de repasse financeiro. Trata-se de alteração significativa em relação ao modelo utilizado em anos anteriores, período no qual o Hospital já havia relatado dificuldades recorrentes na manutenção de sua estrutura, custeio e folha de pagamento.

Diante desse cenário, registramos que a ampla maioria dos vereadores destinou integralmente suas emendas impositivas ao Hospital Bom Jesus, totalizando: R\$ 786.432,19 (setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos), destinados exclusivamente ao exercício de 2026.

Reconhecendo a imprescindibilidade do Hospital, único estabelecimento hospitalar do município e referência para a população rionegrense, considerando que há risco real de descontinuidade de serviços essenciais, a Comissão solicita respostas claras e objetivas aos seguintes questionamentos:

1. O valor de R\$ 786.432,19 é suficiente para garantir o funcionamento regular do Hospital durante o ano de 2026? Se não, indicar o valor mínimo necessário para manutenção das atividades essenciais.





2. Qual é o valor anual efetivamente necessário, além das emendas, para que o Hospital mantenha atendimento pleno, sem risco de colapso financeiro?

3. A Diretoria considera que o modelo proposto pelo Executivo, baseado exclusivamente na remuneração por contratação de serviços, oferece segurança financeira, previsibilidade e estabilidade ao Hospital para todo o exercício de 2026? Em caso negativo, qual o modelo mais adequado sob o ponto de vista administrativo e de continuidade assistencial?

4. Solicitamos a indicação em que áreas ou despesas os repasses municipais são aplicados majoritariamente, considerando: folha de pagamento, plantões, insumos e materiais hospitalares, exames e serviços terceirizados, manutenção predial e equipamentos.

5. Há risco de paralisação total ou parcial de serviços essenciais caso o Hospital receba apenas a modalidade de contratação de serviços prevista pelo Executivo, sem subvenção complementar? Se sim, quais setores seriam impactados?

Ressaltamos que tais informações são fundamentais para que esta Comissão possa deliberar com responsabilidade, transparência e zelo pela continuidade dos serviços de saúde, bem como resguardar a Câmara Municipal de eventual responsabilização futura diante de possível desassistência à população por insuficiência de repasses.

O prazo legislativo é exíguo: a segunda votação da LOA ocorrerá em 09/12. Assim, solicitamos que a resposta seja encaminhada imediatamente, preferencialmente ainda hoje, para permitir a análise técnica e eventual proposição de ajustes no orçamento.

A Comissão reafirma seu compromisso histórico com o Hospital Bom Jesus e reconhece a relevância social, humanitária e estratégica dos serviços prestados à população rionegrense.

Atenciosamente,

Comissão de Finanças e Orçamento  
Câmara Municipal de Rio Negro – PR

